

CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM BONITA - ATA Nº1294 - ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA.

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, às dezenove horas, reuniram-se para a sessão ordinária, os vereadores, Rosamércia Roman, João Carlos Bonavigo, Jonas Macedo, Julio Chaves, Vilmar Abatti, Ielder Cazella, Junior Panizzi, Luceni Bazzi, Arlete Debastiani. Com número regimental de vereadores presentes, o presidente declarou aberta a sessão. O vereador Julio fez a leitura de um trecho da bíblia, em seguida o presidente solicitou a todos os vereadores um minuto de reflexão. Posteriormente, a secretária do legislativo fez a leitura da ata da sessão anterior, colocada em discussão e em votação e aprovada por todos os presentes. Em seguida, foram lidos os pareceres do Projeto de Lei nº 012/2019, colocado em discussão e em votação e aprovado por unanimidade. Em seguida, foram lidos os pareceres do Projeto de Lei nº 014/2019, e foi apresentada uma emenda, esta foi aprovada por unanimidade, em seguida foi colocado o Projeto em discussão e em votação e aprovado por unanimidade. Na sequência foram lidos os pareceres do Projeto de Lei nº 015/2019 e a vereadora Arlete fez pedido de vista, o Presidente concedeu até a próxima sessão. Na sequência, foram lidos os pareceres do Projeto de Lei nº 016/2019, e foi apresentada uma emenda, esta foi rejeitada por maioria, na sequência o Projeto foi colocado em discussão, e em votação e aprovado por unanimidade. Posteriormente, foram lidos os dois pedidos de informação dos vereadores Luceni, Ielder, Junior e Arlete e encaminhados para a Administração Municipal. Nada mais havendo na ordem do dia, o presidente abriu espaço à palavra livre, a vereadora Arlete falou que a Prefeita Municipal na reunião da última sessão disse que não sabia uma forma de devolver o dinheiro da Cosip mas que estaria estudando uma forma, a vereadora pesquisou e achou algumas prefeituras que já encontraram formas de devolução da referida taxa cobrada ilegalmente, dentre elas Prefeitura de Guatambu e São Domingos e espera que os agricultores que foram lesados com as cobranças, sejam ressarcidos. Disse também que se preocupa com as crianças que são atendidas pela estimulação e sala de AEE da APAE, pois são atendidas somente até 5 anos 11 meses e 29 dias, se aparecer uma criança com idade acima, onde será atendida? Sobre a emenda da deputada Giovania de Sá, parabenizou a deputada pela destinação da emenda, que apesar de ter sido solicitada pela bancada evangélica de nosso município da qual a

